

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.566 - RN (2019/0035706-1)**

RECORRENTE : MUNICIPIO DE JANDAIRA  
ADVOGADO : ADRIANO CASTRO E DANTAS E OUTRO(S) - AL012933  
RECORRIDO : UNIÃO

**DECISÃO**

O Município de Jandaíra/RN interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (fls. 354-355):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO. FUNDEF. COMPLEMENTAÇÃO. VMAA (2001 A 2006). INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. AÇÃO COLETIVA MOVIDA POR ENTIDADE ASSOCIATIVA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA CONFERIDA PELO MUNICÍPIO. PRECEDENTES. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Sentença que julgou procedente ação ordinária manejada por município em desfavor da União, objetivando a complementação do repasse de recursos do FUNDEF relativos aos exercícios de 2001 a 2006.

2. O col. STF, no julgamento do RE 573.232/SC (Relator p/ acórdão Min. Marco Aurélio, 14.05.2014), em sede de Repercussão Geral, pacificou entendimento, com base na exegese do art. 5º, inciso XXI, da Constituição Federal, acerca da necessidade da autorização expressa, seja individualmente, seja mediante deliberação em assembleia, para legitimar a atuação em juízo das entidades associativas em defesa dos interesses dos associados, não sendo suficiente mera autorização estatutária genérica.

3. Inexistindo comprovação de que o município autor fosse filiado à Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) ao tempo da propositura da ação coletiva nº 0002325-79.2006.4.05.8400, nem tampouco que tenha outorgado autorização expressa, seja individualmente ou em assembleia, para tanto, não há como este ser beneficiado pela interrupção do prazo prescricional.

4. Considerando que a pretensão diz respeito a parcelas vencidas há mais de cinco anos da data do ajuizamento do presente feito (12/08/2016), é de se reconhecer a prescrição, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32.

5. Apelação provida.

Os sucessivos embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 393-396; 431-435 e 483-485).

Na origem, a municipalidade ajuizou ação contra a União pleiteando o pagamento de diferenças de repasse de FUNDEF, relativamente ao período de 2001, 2002 e 2006, invocando os termos da Lei n. 9.424/96.

O pedido foi julgado procedente em primeira instância (fls. 255-259), mas o Tribunal *a quo*, em grau recursal, reformou a decisão, reconhecendo a prescrição e extinguindo o feito nos termos do art. 487, II, do

CPC/2015, conforme a ementa transcrita.

Em suas razões recursais especiais a municipalidade alega violação dos arts. 6º, 7º, 10 e 435, parágrafo único do CPC/2015, afirmando que o acórdão recorrido deixou de analisar a documentação comprobatória de sua filiação à FEMURN desde 2003, pugnando pela remessa dos autos ao Tribunal *a quo* para proceder à referida análise.

Afirma, ainda, afronta ao art. 202, I, do Código Civil e do art. 6º, § 1º da LINDB, sustentando que a citação válida e consequente interrupção da prescrição em virtude do ingresso da FEMURN em juízo, já havia se consumado, configurando ato jurídico perfeito para as edidades situadas no Estado.

Contrarrazões ofertadas pela União (fls. 542-566).

É o relatório. Decido.

Conforme ressaltado, o acórdão recorrido considerou prescrita a pretensão municipal, nos seguintes termos:

Diante de tudo isso, inexistindo comprovação de que o município fosse filiado à associação ao tempo do ajuizamento da ação coletiva, nem tampouco que tenha outorgado autorização para tanto, não há como este ser beneficiado pela interrupção da prescrição. E, considerando que a pretensão diz respeito a parcelas vencidas há mais de cinco anos da data do ajuizamento do presente feito (12/08/2016), é de se reconhecer a ocorrência da prescrição, nos termos do art. 1º do Decreto 20.910/32.

Nesse panorama, não se pode desvincular a alegação de comprovação da respectiva filiação da municipalidade na associação, da questão atinente à prescrição e, a partir de tal entendimento, tem-se que a análise da controvérsia no âmbito do recurso especial esbarra no óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

O Tribunal *a quo* foi específico ao se manifestar sobre a ausência de comprovação da mencionada filiação do Município, e em sede de declaratórios, ainda considerou:

Entendo, no entanto, que razão não assiste ao embargante, porquanto a questão atinente à ausência de comprovação de filiação do Município à Federação foi suscitada pela União, tanto na contestação quanto no seu apelo, restringindo-se o demandante, em sua réplica, a afirmar que todos os municípios do Estado são filiados à FEMURN, conforme previsão estatutária.

Apenas em sede de embargos de declaração, o Município efetuou a juntada de documento que seria hábil a comprovar a questionada filiação, o qual não pode ser objeto de análise, visto que não se trata de documento novo ou formado após a contestação, não havendo, igualmente, qualquer motivo impeditivo a que tal documento fosse apresentado anteriormente, nos termos do art. 435 do CPC.

A demais, ainda que assim não o fosse, tem-se que o acórdão embargado também deixou claro que ausência de autorização expressa,

conferida individualmente ou em assembleia, para a propositura de ação coletiva, afasta do autor a possibilidade de beneficiar-se ou de ser prejudicado por atos processuais e decisões judiciais encartados no processo coletivo, inclusive a interrupção da prescrição, fundamento este suficiente para negar a pretensão do promovente .

Não há dúvidas de que a irresignação do recorrente vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu naquele sentido,

Dessa forma, para rever tal posição, no sentido de considerar comprovada a filiação da municipalidade, ou de entender que a Corte *a quo* deva considerar o documento apresentado, diante dos termos do art. 435 do CPC/2015, e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, do RI/STJ, não conheço do presente recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, de acordo com os critérios estabelecidos nos §§2º e 3º do mencionado artigo, majoro a condenação da verba honorária para 12% (doze por cento) do valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator